

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	51
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	213.001
Preferenciais	0
Total	213.001
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
1	Ativo Total	595.948	405.582	234.094
1.01	Ativo Circulante	30.356	13.517	10.511
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.551	8.012	9.713
1.01.03	Contas a Receber	8.101	4.249	124
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.101	4.249	124
1.01.06	Tributos a Recuperar	933	558	316
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	933	558	316
1.01.07	Despesas Antecipadas	770	695	352
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1	3	6
1.01.08.03	Outros	1	3	6
1.02	Ativo Não Circulante	565.592	392.065	223.583
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.367	11.882	45
1.02.01.06	Tributos Diferidos	10.932	6.400	45
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.932	6.400	45
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	2	12	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.433	5.470	0
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.433	5.470	0
1.02.03	Imobilizado	4.230	4.904	1.763
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.230	4.904	1.763
1.02.04	Intangível	511.845	340.976	184.710
1.02.04.01	Intangíveis	511.845	340.976	184.710
1.02.05	Diferido	30.150	34.303	37.065

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2	Passivo Total	595.948	405.582	234.094
2.01	Passivo Circulante	276.662	48.654	53.233
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.803	2.990	1.197
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.803	2.990	1.197
2.01.02	Fornecedores	14.165	14.590	27.152
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.165	14.590	27.152
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.513	1.865	1.694
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.513	1.865	1.694
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	205.525	2.176	503
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	205.525	2.176	503
2.01.05	Outras Obrigações	48.522	25.741	22.161
2.01.05.02	Outros	48.522	25.741	22.161
2.01.05.02.04	Fornecedores - Partes Relacionadas	6.227	4.784	11.241
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais de Fornecedores	5.987	7.313	5.478
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	1.368	342	4.782
2.01.05.02.07	Taxa de Fiscalização	743	713	660
2.01.05.02.08	Transações com partes relacionadas	23.871	12.589	0
2.01.05.02.09	Adiantamento de seguros	10.326	0	0
2.01.06	Provisões	2.134	1.292	526
2.01.06.02	Outras Provisões	2.134	1.292	526
2.01.06.02.04	Provisão para investimentos em rodovias	2.134	1.292	526
2.02	Passivo Não Circulante	128.011	301.924	125.238
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.822	181.886	5.705
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.822	181.886	5.705
2.02.02	Outras Obrigações	110.000	110.000	112.149
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	110.000	110.000	112.149
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	110.000	110.000	112.149
2.02.03	Tributos Diferidos	712	525	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	712	525	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2.02.04	Provisões	13.477	9.513	7.384
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	552	450	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	215	212	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	253	196	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	84	42	0
2.02.04.02	Outras Provisões	12.925	9.063	7.384
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	8.274	2.602	0
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	4.651	6.461	7.384
2.03	Patrimônio Líquido	191.275	55.004	55.623
2.03.01	Capital Social Realizado	213.001	68.001	56.001
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-21.726	-12.997	-378

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	303.684	236.933	650
3.01.01	Serviços prestados	134.928	95.179	0
3.01.02	Receita dos serviços de construção	180.198	149.546	0
3.01.03	Receitas Acessórias	76	116	0
3.01.04	Deduções dos serviços prestados	-11.518	-7.908	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-278.144	-226.278	-608
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-97.946	-76.732	-608
3.02.02	Custo dos serviços de construção	-180.198	-149.546	0
3.03	Resultado Bruto	25.540	10.655	42
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.638	-11.360	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.206	-11.360	0
3.04.02.01	Remuneração da Administração	-650	-646	0
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.556	-10.714	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	568	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.902	-705	42
3.06	Resultado Financeiro	-25.976	-17.744	-465
3.06.01	Receitas Financeiras	875	1.157	1
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.851	-18.901	-466
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-13.074	-18.449	-423
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.345	5.830	45
3.08.02	Diferido	4.345	5.830	45
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-8.729	-12.619	-378
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-8.729	-12.619	-378
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	-8.729	-12.619	-378
4.03	Resultado Abrangente do Período	-8.729	-12.619	-378

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	21.147	6.349	8.214
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.147	6.349	8.214
6.01.01.01	Prejuízo líquido do exercício	-8.729	-12.619	-378
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	13.861	7.020	13
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-4.345	-5.830	-45
6.01.01.04	Juros e variações monetárias sobre mútuos	10.057	7.517	379
6.01.01.05	Despesas de juros, líquidas das receitas	13.752	9.147	49
6.01.01.06	Resultado financeiro de ajuste a valor presente	652	467	416
6.01.01.07	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	102	450	0
6.01.01.08	Provisão para manutenção em rodovias	5.379	2.521	0
6.01.01.09	Contas a receber	-3.852	-4.125	-124
6.01.01.10	Despesas antecipadas, outros ativos e depósitos judiciais	-3.026	-5.822	-674
6.01.01.11	Impostos a recuperar	-375	-242	0
6.01.01.12	Fornecedores	1.585	9.040	5.555
6.01.01.13	Fornecedores partes relacionadas	1.443	-44	1.333
6.01.01.14	Obrigações sociais	813	1.793	977
6.01.01.15	Obrigações fiscais	648	171	53
6.01.01.16	Taxa de fiscalização	30	53	0
6.01.01.17	Juros pagos	-18.200	0	0
6.01.01.18	Outros passivos	11.352	-3.148	660
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-176.811	-182.415	-164.123
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-312	-1.435	-127.019
6.02.02	Adições ao intangível	-176.499	-180.980	-121
6.02.03	Adições ao diferido	0	0	-36.983
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	168.203	174.365	165.621
6.03.01	Captações	26.734	296.199	110.000
6.03.02	Pagamentos	-1.541	-131.991	-379
6.03.03	Aumento de capital	145.000	12.000	56.000
6.03.04	Imposto de renda retido na fonte sobre mútuo	-1.990	-1.843	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	12.539	-1.701	9.712
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.012	9.713	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.551	8.012	9.713

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	68.001	0	0	-12.997	0	55.004
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	68.001	0	0	-12.997	0	55.004
5.04	Transações de Capital com os Sócios	145.000	0	0	0	0	145.000
5.04.01	Aumentos de Capital	145.000	0	0	0	0	145.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.729	0	-8.729
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.729	0	-8.729
5.07	Saldos Finais	213.001	0	0	-21.726	0	191.275

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	56.001	0	0	-378	0	55.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	56.001	0	0	-378	0	55.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.000	0	0	0	0	12.000
5.04.01	Aumentos de Capital	12.000	0	0	0	0	12.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.619	0	-12.619
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.619	0	-12.619
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-13.723	0	-13.723
5.05.02.07	Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	0	0	0	1.104	0	1.104
5.07	Saldos Finais	68.001	0	0	-12.997	0	55.004

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	56.001	0	0	-292	0	55.709
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	56.001	0	0	-292	0	55.709
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-86	0	-86
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-86	0	-86
5.05.02.06	Efeito da aplicação de novas práticas contábeis	0	0	0	-86	0	-86
5.07	Saldos Finais	56.001	0	0	-378	0	55.623

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
7.01	Receitas	315.202	244.841	703
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	315.126	244.725	703
7.01.02	Outras Receitas	76	116	0
7.01.02.03	Receitas acessórias	76	116	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-256.287	-212.551	-530
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-40.734	-34.150	-368
7.02.04	Outros	-215.553	-178.401	-162
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-180.198	-149.546	0
7.02.04.02	Custos dos serviços prestados	-29.976	-26.334	-162
7.02.04.03	Custo da provisão para manutenção	-5.379	-2.521	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	58.915	32.290	173
7.04	Retenções	-13.861	-7.020	-13
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.861	-7.020	-13
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	45.054	25.270	160
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.310	10.173	2.132
7.06.02	Receitas Financeiras	875	1.157	1
7.06.03	Outros	7.435	9.016	2.131
7.06.03.01	Juros Capitalizados	7.435	9.016	2.131
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	53.364	35.443	2.292
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	53.364	35.443	2.292
7.08.01	Pessoal	17.272	15.299	66
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.256	12.059	39
7.08.01.02	Benefícios	3.133	2.467	24
7.08.01.03	F.G.T.S.	883	773	3
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.821	4.879	8
7.08.02.01	Federais	4.237	458	-19
7.08.02.03	Municipais	6.584	4.421	27
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.943	20.368	2.596
7.08.03.01	Juros	18.937	15.536	465

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
7.08.03.02	Aluguéis	150	116	0
7.08.03.03	Outras	4.856	4.716	2.131
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	636	467	0
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados	4.220	4.249	2.131
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.729	-12.619	-378
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.729	-12.619	-378
7.08.05	Outros	10.057	7.516	0
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	6.842	2.749	0
7.08.05.02	Juros Capitalizados	3.215	4.767	0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA FERNÃO DIAS S/A

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Fernão Dias S/A submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. As informações financeiras a seguir estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

- A Autopista Fernão Dias S.A. foi outorgada em Julho de 2007 através da licitação correspondente ao Edital nº 002/2007, constituída em 19 de dezembro de 2007 e teve suas operações iniciadas em 15 de agosto de 2008, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), publicado em 15 de fevereiro de 2008, e tem por objetivo exclusivo a exploração do Lote 05 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-381 SP/MG que liga São Paulo/SP a Belo Horizonte/ MG. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é de 300 meses (25 anos), contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, não sendo admitida a prorrogação do mesmo.
- O Lote 05 tem uma extensão de 562,1 km, passando pelos municípios de Guarulhos, São Paulo, Mairiporã, Atibaia, Bragança Paulista, Vargem, Extrema, Itapeva, Camanducaia, Cambuí, Estiva, Pouso Alegre, São Sebastião da Bela Vista, Careaçu, São Gonçalo do Sapucaí, Campanha, Três Corações, Carmo da Cachoeira, Nepomuceno, Lavras, Ribeirão Vermelho, Perdões, Santo Antônio do Amparo, Oliveira, Carmópolis de Minas, Itaguara, Itatiaiuçu, Rio Manso, Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Betim e Contagem. A Autopista Fernão Dias exerce importante papel do ponto de vista econômico, pois faz parte do principal corredor rodoviário de interligação dos mais importantes pólos econômicos das regiões Sudeste e Sul do Brasil e destas com os principais países do MERCOSUL. Em termos de movimentação de cargas e passageiros, os volumes de tráfego são mais altos nas proximidades das grandes cidades, apresentando perto de São Paulo, tráfego médio diário superior a 20 mil veículos.
- Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Relatório



**Autopista
Fernão Dias**
Grupo OHL

Relatório do Desempenho

CONJUNTURA ECONÔMICA

A Autopista Fernão Dias é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a evolução da economia brasileira, em especial com as taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2010, o desempenho da economia alternou períodos de forte expansão com períodos de atividade menos intensa. No acumulado do ano, o resultado foi positivo e produziu indicadores favoráveis, como o menor patamar atingido na série histórica da taxa de desemprego. Adicionalmente, contribuíram para este cenário a elevada confiança dos consumidores, medida pelo Índice de Confiança do Consumidor, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que passou dos 121,7 pontos em dezembro de 2010, e o crescimento das operações de crédito do sistema financeiro.

O setor industrial também apresentou expansão expressiva (+10,5%) na comparação com 2009. O resultado não só reverteu a queda de 7,4% observada em 2009, mas também registrou o índice mais elevado desde os 10,9% registrados em 1986, segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do mesmo modo, o PIB brasileiro registrou crescimento de 7,5% em 2010, demonstrando a veemente recuperação da economia quando comparado ao mesmo período do ano anterior (-0,6%).

Especificamente, em relação ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o ano de 2010 acumulou alta de 11,3% frente à deflação de 1,7% verificada em 2009. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cresceu de 4,3% em 2009 para 5,9% em 2010. Esses índices foram utilizados no cálculo do reajuste tarifário dos pedágios administrados pelas empresas do grupo, impactando de forma positiva a arrecadação da Companhia.

No final do ano, o reflexo do aquecimento econômico e o aumento da expectativa de inflação corroboraram com a atuação do Banco Central (BACEN) na revisão dos juros para manutenção das metas de inflação pré-estabelecidas. Tal fato provocou a revisão das projeções relativas ao PIB e a produção industrial que, de acordo com o Relatório Focus (28/01/2011), apresentaram crescimentos próximos a 4,5% e 5% em 2011.

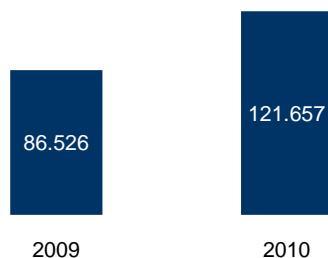
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

- A Autopista Fernão Dias S/A registrou um aumento do tráfego pedagiado de 40,6%, passando de 86,5 milhões em 2009 para 121,6 milhões em 2010, reflexo do melhor desempenho da atividade econômica no país que resultou no maior fluxo de veículos, além da inauguração em Set/10 da praça de pedágio de Mairiporã/SP.

Tráfego Pedagiado

Milhares de Veículos Equivalentes



Relatório

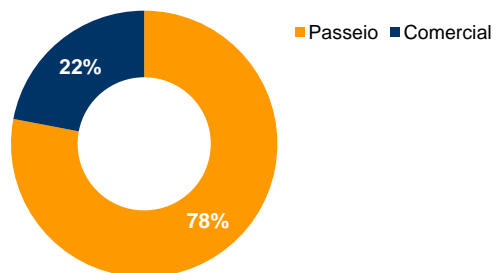


**Autopista
Fernão Dias**
Grupo OHL

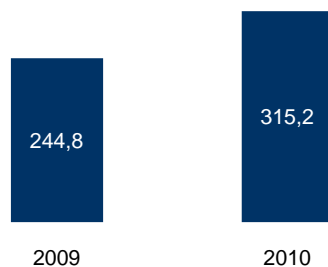
Relatório do Desempenho

Composição do Tráfego – 2010

Veículos Equivalentes

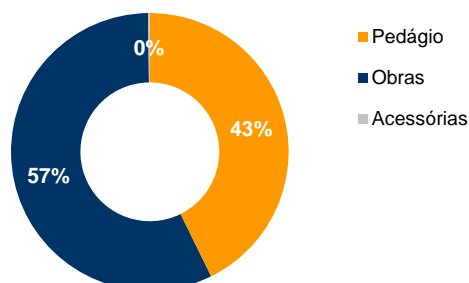
**Receita Bruta**

R\$ milhões



- O aumento da Receita Bruta de R\$ 244,8 milhões em 2009 para R\$ 315,2 milhões em 2010 (28,7%) é oriundo do acréscimo de 41,8% na receita de pedágio (R\$ 95,1 milhões x R\$ 134,9 milhões) em decorrência do maior fluxo de veículos e do início das operações da Praça de Pedágio de Mairiporã como relatado anteriormente.

Além disso, em função da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no ano de 2010 como Receita de Obras o valor de R\$ 180 milhões (R\$ 149,5 milhões em 2009), tendo como contrapartida igual montante na rubrica “Custos dos Serv. de Construção”, eliminando assim qualquer efeito sobre o resultado.

Composição da Receita Bruta (%) – 2010

Relatório



**Autopista
Fernão Dias**
Grupo OHL

Relatório do Desempenho

As novas normas de contabilização no Brasil (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões e passaram a incluir também Receita de Obras provenientes da realização de investimentos no intangível. Essa nova forma de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando contabilmente as margens EBITDA e EBIT mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contra partida desta receita, o custo de obra, em igual quantia (sem margem de obra), está rubricado como Custo dos Serviços de Construção.

Receita Líquida

- Em 2010, foi registrada uma receita líquida de R\$ 304 milhões, frente a R\$ 237 milhões em 2009, representando uma variação de 28,2%. Nas receitas de pedágio a variação foi de 41,8%, aumentando de R\$ 95,1 milhões em 2009 para R\$ 134,9 milhões em 2010. Os principais motivos dessas variações foram o maior fluxo de veículos e o início de cobrança na Praça de Pedágio de Mairiporã, conforme já explicado nos itens de Tráfego e Receita Bruta.
- Em função da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, foi adicionalmente registrado no ano de 2010 como Receita de Obras o valor de R\$ 180,1 milhões (R\$ 149,5 milhões em 2009), tendo como contrapartida igual montante na rubrica "Custos dos Serv. de Construção", eliminando assim qualquer efeito sobre o resultado.

Custos e Despesas

R\$ milhões

	2010	2009	Var.
Custo dos serviços prestados	(85.645)	(70.652)	21,2%
Custo dos serviços de construção	(180.198)	(149.546)	20,5%
Despesas administrativas	(10.996)	(9.774)	12,5%
Despesas tributárias			-
Remuneração da administração	(650)	(646)	0,6%
Outras receitas operacionais líquidas	568		-
Custo e despesas	(276.921)	(230.618)	20,1%

- Em 2010, os custos e despesas sobre os serviços prestados tiveram variação de 21,2% em relação aos apresentados em 2009 e as despesas administrativas apresentaram variação de 12,5% no mesmo período. As principais causas destes aumentos são o início das operações das balanças ao longo da rodovia e a estruturação da Praça de Pedágio de Mairiporã para início das suas atividades.
- O custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC 01, conforme comentado, tem como contrapartida uma receita de obras de mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia.
- Cabe destacar que com a entrada em vigor das novas normas de contabilidade ICPC-01 a Autopista Fernão Dias passou a provisionar os custos em manutenção e conservação especial que poderão ocorrer no futuro, reconhecendo no resultado atual, ajustado a valor presente, os custos como Provisão para Manutenção de Rodovias.

Relatório



**Autopista
Fernão Dias**
Grupo OHL

Balanço de Desempenho

EBITDA

R\$ milhões

	2010	2009	Var.
Receita líquida	303.684	236.933	28,2%
(-) Custos e despesas	(276.921)	(230.618)	20,1%
EBIT	26.763	6.315	323,8%
(+) Depreciação e amortização	13.861	7.020	97,5%
EBITDA	40.624	13.335	204,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	5.388	2.368	127,5%
EBITDA Ajustado ¹	46.012	15.703	193,0%

¹ Considera ajuste referente à provisão p/ manut. de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Obs: O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

- O EBITDA de R\$ 40,6 milhões em 2010, contra R\$ 13,3 milhões em 2009, foi influenciado principalmente pelo início de cobrança na Praça de Pedágio de Mairiporã e aumento no fluxo de veículos, além da provisão de R\$ 5,3 milhões para manutenção de rodovias, conforme Interpretação Técnica ICPC 01.

Não aplicando o ICPC 01, o EBITDA da Sociedade seria de R\$ 45,9 milhões em 2010, ante R\$ 15,7 milhões em 2009.

Resultado Financeiro

R\$ milhões

	2010	2009	Var.
Receitas Financeiras	875	1.157	-24,4%
Despesas Financeiras	(26.851)	(18.901)	42,1%
Resultado Financeiro Líquido	(25.976)	(17.744)	46,4%

- O resultado financeiro fechou 2010 em R\$26 milhões negativos, 46,4% acima em relação a 2009. Os principais fatores foram o aumento das liberações do empréstimo de longo prazo junto ao BNDES e a manutenção dos mútuos junto a Controladora, gerando em ambos os casos maior contabilização juros.

Prejuízo do Período

R\$ milhões



Relatório

**Autopista
Fernão Dias**
Grupo OHL

mentário do Desempenho

- A redução do Prejuízo da companhia de 2009 para 2010 se deve principalmente ao aumento da receita de pedágio, reflexo da retomada da economia e da inauguração da Praça de Pedágio de Mairiporã.

Endividamento

- A Autopista Fernão Dias encerrou o ano de 2010 com um endividamento de R\$ 209 milhões contra R\$ 184 milhões do ano de 2009. Esse aumento do endividamento é devido principalmente a novas liberações do empréstimo ponte contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

INVESTIMENTOS

- Foram investidos pela Autopista Fernão Dias R\$ 176,6 milhões em 2010 (R\$ 180,1 milhões em 2009), em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão, destacando-se principalmente as obras de implantação das praças de pedágio e de recuperação do pavimento. Do montante investido, 71% foram para obras de recuperação da rodovia, 21% para obras de operação da rodovia (destaque para a conclusão das Praças de Pedágio de Mairiporã) e 8% para obras de melhoramento da rodovia (destaque para as passarelas).
- Conforme determinam as novas regras contábeis com base no ICPC-01, foram feitos ajustes de imobilizado para o intangível, ficando o saldo líquido do intangível em R\$ 511,8 milhões em 2010, frente a R\$ 341 milhões em 2009. O imobilizado fechou em R\$ 4,2 milhões em 2010 e R\$ 4,9 milhões em 2009.

RECURSOS HUMANOS

- Em 2010, nosso quadro de empregados teve um crescimento de 84,2% em comparação a 2009, fechando o ano com 809 empregados. Tal variação é reflexo da incorporação dos arrecadadores de pedágio, anteriormente terceirizados, ao quadro de funcionários da empresa.
- Estamos atentos também ao controle do índice de rotatividade, que aumentou se comparado a 2009, pois refletiu o momento de transição da operação terceirizada para própria.

	2010	2009
Empregos Diretos	809	439
Rotatividade	21,37	1,27

- No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de homens, sendo em números 431 homens contra 378 mulheres. A média de idade está concentrada em 33 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 75% dos empregados. Destacamos que 10% possuem nível superior completo.

Relatório**Autopista
Fernão Dias**
Grupo OHL**mentário do Desempenho****RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

- Na questão social, a Autopista Fernão Dias possui como um dos seus compromissos o desenvolvimento das comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente. Destacamos em 2010, a realização de etapas dos projetos, Viva Motociclista, Viva Motorista e Projeto Viva Meio-Ambiente.

O Viva Meio-Ambiente 2010 contou com a participação de 10 escolas municipais sediadas nos municípios que são cortados pela rodovia, desde Guarulhos/SP até Contagem/MG, que através da participação de seus educadores em atividades pedagógicas relacionadas com o meio ambiente, leva conhecimento e cidadania a mais de 5.200 alunos. Para 2011, outras cinco escolas vão aderir ao Projeto.

- A Autopista Fernão Dias tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras.
- A companhia em 2010 consolidou a implantação do Sistema de Gestão Ambiental – SGA, baseado nas normas ISO 14001/2004, iniciada em 2009.

AGRADECIMENTOS

A Concessionária Autopista Fernão Dias S/A gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS**Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Relatório



**Autopista
Fernão Dias**
Grupo OHL

mentário do Desempenho

Pouso Alegre, 24 de março de 2011.

A Administração

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor Presidente

Francisco Leonardo Moura da Costa
Diretor Adm. Financeiro e de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Omar de Castro Ribeiro Júnior
Diretor Superintendente

Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Presidente

Juan Luis Osuna Gomez
Conselheiro

Felipe Ezquerra Plasencia
Conselheiro

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO, DE 2010 E DE 2009 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima domiciliada no município de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, KM 850,5 foi constituída em Assembleia geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração, sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e exploração da Rodovia BR-381-MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte - São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado em 15 de fevereiro de 2008 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia, conforme Contrato de Concessão são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual a título de verba de fiscalização é de R\$ 8.917 na data base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2010 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$ 197.638 a valor nominal, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente os riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data de início do Contrato de Concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de Registro de Sociedade de Capital Aberto categoria “B” pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa;
- 94,16 km de vias laterais;
- 10,3 km de variantes/contornos;
- Construção de 50 passarelas;
- Construção de 8 praças de pedágio;
- Construção de 12 bases de serviços de atendimento ao usuário;
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em dezembro de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade estima, na data de 31 dezembro de 2010, os montantes de R\$ 451.150 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 686.714 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimento foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimento que geram potencial de receita adicional – Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 20.2.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade mantém registrado o montante de R\$ 30.150 relativo a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as normas internacionais (IFRS) indicam o registro como resultado quando incorrido.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em (R\$) Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil para o contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

normalmente se dá em função da curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A administração da Sociedade avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, e das empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referentes a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida a custo dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infra-estrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas do CPC.

As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Devido aos ativos terem sido adquiridos substancialmente após 1º de janeiro de 2009 e não terem saldos relevantes a Sociedade optou pela não adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado nem pela utilização da prática do custo atribuído (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - “Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - “Ativo Imobilizado” e da ICPC 10.

Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação do ICPC 10, foram revisados para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010 e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiros referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

4.3. Intangível

A sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão, mensurado e registrado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável,

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme nota explicativa nº 9.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nas provisões para riscos trabalhistas, tributários, cíveis e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme nota explicativa nº 9.

4.8. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 20.1.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receita de operações ou serviços é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrente dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

4.10. Ativos e Passivos objeto de Ajuste a Valor Presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2010, dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- Provisão para obras futuras: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Companhia são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

- Provisão para manutenção: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à manutenção das rodovias em níveis pré estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Companhia são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente na data dos balanços está demonstrado abaixo:

Provisão para investimentos:

<u>Circulante</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Provisão para investimento - nominal	2.246	1.356	554
Provisão para investimento a valor presente	2.134	1.292	526
Efeito ajuste a valor presente	112	64	28
<u>Não circulante</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Provisão para investimento - nominal	4.894	6.783	7.773
Provisão para investimento a valor presente	4.651	6.461	7.384
Efeito ajuste a valor presente	243	322	389

Provisão para manutenção:

<u>Não circulante</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Provisão para manutenção - nominal	8.555	2.683	-
Provisão para manutenção a valor presente	8.274	2.602	-
Efeito ajuste a valor presente	281	81	-

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representados por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

5. ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Sociedade aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 e no CPC 37(R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras os ajustes descritos a seguir.

Exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos

Com base no CPC 37 (R1), é permitida, na adoção inicial dos novos pronunciamentos, a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às práticas contábeis anteriormente adotadas; porém, a norma também proíbe o ajuste de determinadas transações retrospectivamente.

O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma:

- a) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: considerando as características e os valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica “Ativo imobilizado”, a Sociedade entende que os valores atribuídos a essa classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, não optou por remensurar esses ativos na data de transição, mas optou pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos.
- b) Manutenção do ativo diferido nas demonstrações financeiras individuais: a manutenção de saldo em conta do ativo diferido, permitido pelo CPC 13 - “Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08”, foi ratificado na versão revisada do CPC 43, aplicável somente para demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- c) Transição de contabilização para o Contrato de Concessão: a aplicação foi adotada de forma retrospectiva pela Sociedade.

Considerando a aplicação dos novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas por parte do CPC, a seguir estão sendo apresentados os efeitos sobre o Balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009 e Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Efeitos na adoção dos CPC no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009:

<u>Ativos</u>	Saldos originalmente apresentados	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	10.511	-	10.511

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

NÃO CIRCULANTES

Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	45	45
Imobilizado	175.493	(173.730)	1.763
Intangível	121	184.589	184.710
Diferido	40.145	(3.080)	37.065
Total dos ativos não circulantes	<u>215.759</u>	<u>7.824</u>	<u>223.583</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u><u>226.270</u></u>	<u><u>7.824</u></u>	<u><u>234.094</u></u>

	Saldos Originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Ajustados
<u>Passivos e patrimônio líquido</u>			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	503	-	503
Fornecedores	27.152	-	27.152
Transações com partes relacionadas	11.241	-	11.241
Obrigações sociais	1.197	-	1.197
Obrigações fiscais	1.694	-	1.694
Cauções contratuais	5.478	-	5.478
Taxa de fiscalização	660	-	660
Provisão para investimentos em rodovias	-	526	526
Outras contas a pagar	<u>4.782</u>	<u>-</u>	<u>4.782</u>
Total dos passivos circulantes	52.707	526	53.233
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	5.705	-	5.705
Transações com partes relacionadas	112.149	-	112.149
Provisão para investimentos em rodovias	<u>-</u>	<u>7.384</u>	<u>7.384</u>
Total dos passivos não circulantes	117.854	7.384	125.238
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	56.001	-	56.001
Prejuízos acumulados	<u>(292)</u>	<u>(86)</u>	<u>(378)</u>
Total do patrimônio líquido	55.709	(86)	55.623
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u><u>226.270</u></u>	<u><u>7.824</u></u>	<u><u>234.094</u></u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Efeitos na adoção dos CPC no balanço de 31 de dezembro de 2009:

<u>Ativos</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	13.517	-	13.517
NÃO CIRCULANTES			
Realizável a longo prazo:			
Despesas antecipadas	12	-	12
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.400	-	6.400
Depósitos judiciais	5.470	-	5.470
Imobilizado	330.613	(325.709)	4.904
Intangível	289	340.687	340.976
Diferido	<u>37.383</u>	<u>(3.080)</u>	<u>34.303</u>
Total dos ativos não circulantes	380.167	11.898	392.065
TOTAL DOS ATIVOS	<u>393.684</u>	<u>11.898</u>	<u>405.582</u>
<u>Passivos</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	2.176	-	2.176
Fornecedores	14.590	-	14.590
Fornecedores partes relacionadas	4.784	-	4.784
Transações com partes relacionadas	12.589	-	12.589
Obrigações sociais	2.990	-	2.990
Obrigações fiscais	1.865	-	1.865
Taxas de fiscalização	713	-	713
Cauções contratuais	7.313	-	7.313
Provisão para investimentos em rodovias	-	1.292	1.292
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	450	(450)	-
Outras contas a pagar	<u>342</u>	<u>-</u>	<u>342</u>
Total dos passivos circulantes	47.812	842	48.654
NÃO CIRCULANTES			
Exigível a longo prazo:			
Empréstimos e financiamentos	181.886	-	181.886
Transações com partes relacionadas	110.000	-	110.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	525	525
Provisão para manutenção em rodovias	-	2.602	2.602
Provisão para investimentos em rodovias	-	6.461	6.461
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	<u>-</u>	<u>450</u>	<u>450</u>
Total dos passivos não circulantes	291.886	10.038	301.924
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	68.001	-	68.001
Prejuízos acumulados	<u>(14.015)</u>	<u>1.018</u>	<u>(12.997)</u>
Total do patrimônio líquido	53.986	1.018	55.004
TOTAL DOS PASSIVOS	<u>393.684</u>	<u>11.898</u>	<u>405.582</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Efeitos na adoção dos CPC no patrimônio líquido em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009:

	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	53.986	55.709
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:		
Mudança de critério da amortização de investimentos	5.350	303
Amortização de intangível de obras que não geram potencial de receita adicional	(145)	-
Provisão para manutenção de rodovias	(2.607)	-
Despesa financeira decorrente de ajustes a valor presente	(878)	(416)
Estorno de capitalização de juros	(177)	(18)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado dos ajustes	<u>(525)</u>	<u>45</u>
Total dos ajustes	1.018	(86)
Patrimônio líquido ajustado pela aplicação dos novos CPC	<u>55.004</u>	<u>55.623</u>

Efeitos na adoção dos CPC no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
RECEITAS			
Receitas de serviços	95.179	-	95.179
Receitas acessórias	116	-	116
Receitas de obras	<u>-</u>	<u>149.546</u>	<u>149.546</u>
	95.295	149.546	244.841
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.908)	-	(7.908)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>87.387</u>	<u>149.546</u>	<u>236.933</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(79.027)	2.295	(76.732)
CUSTOS DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO	<u>-</u>	<u>(149.546)</u>	<u>(149.546)</u>
LUCRO BRUTO	<u>8.360</u>	<u>2.295</u>	<u>10.655</u>
Gerais e administrativas	(10.714)	-	(10.714)
Remuneração da administração	(646)	-	(646)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>(3.000)</u>	<u>2.295</u>	<u>(705)</u>
Receitas financeiras	1.157	-	1.157
Despesas financeiras	(18.280)	(621)	(18.901)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(20.123)</u>	<u>1.674</u>	<u>(18.449)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	6.400	(570)	5.830
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(13.723)</u>	<u>1.104</u>	<u>(12.619)</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Efeitos da adoção dos CPC na demonstração dos fluxos de caixa

	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Fluxo de caixa das atividades operacionais	6.349	-	6.349
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	174.365	-	174.365

Notas sobre as reconciliações apresentadas acima:

ICPC 01 e OCPC05 (equivalente ao IFRIC 12) - Contratos de Concessão

A partir de 1º de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Sociedade adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC-01 emitida pelo CPC. Essa interpretação orienta sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

As disposições da ICPC-01 foram aplicadas retroativamente, recalculando os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período de mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuído os efeitos aos componentes do patrimônio líquido.

Adicionalmente, o contrato de concessão está classificado no modelo de ativo intangível.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Caixa e bancos	5.080	1.180	9.713
Aplicações financeiras (*)	<u>15.471</u>	<u>6.832</u>	-
Total	<u>20.551</u>	<u>8.012</u>	<u>9.713</u>

Estão representados por:

(*) Representadas por aplicações em fundos de investimentos, com carteiras compostas por títulos com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja participação proporcional nas carteiras é a seguinte:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Certificados de depósito bancário	-	6.832	-
Fundos de aplicações	<u>15.471</u>	-	-
	<u>15.471</u>	<u>6.832</u>	-

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

7. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Pedágio eletrônico a receber	7.226	3.738	86
Cupons de pedágio a receber	<u>875</u>	<u>511</u>	<u>38</u>
	<u>8.101</u>	<u>4.249</u>	<u>124</u>

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Seguros	450	436	352
Adiantamento a fornecedores	297	233	-
Outros	<u>25</u>	<u>38</u>	<u>-</u>
	<u>772</u>	<u>707</u>	<u>352</u>
Circulante	770	695	352
Não circulante	2	12	-

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Foram apurados como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Diferenças temporárias:			
Bases do ativo diferido:			
Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais:			
Prejuízo antes dos impostos	(32.153)	(18.824)	-
Efeito de adições e exclusão:			
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(132)</u>
Base de calculo do imposto de renda e contribuição social diferidos	(32.153)	(18.824)	(132)
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>10.932</u>	<u>6.400</u>	<u>45</u>
Ajustes dos impostos diferidos por mudança de práticas contábeis			
Mudança de critério da amortização de investimentos	12.537	5.350	-
Amortização de intangível de obras futuras	(349)	(145)	-
Provisão para manutenção de rodovias	(8.274)	(2.602)	-
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	(1.520)	(883)	-
Reversão de capitalização de juros	<u>(300)</u>	<u>(177)</u>	<u>-</u>
	2.094	1.543	-
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>-</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivos	<u>(712)</u>	<u>(525)</u>	<u>-</u>

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pelos órgãos da administração da Sociedade,

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais é limitada a 30% do lucro tributável do exercício, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

<u>Exercício a findar em</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
2011	290	170	1
2012	210	181	1
2013	329	193	1
2014	349	204	1
Após 2014	<u>9.754</u>	<u>5.652</u>	<u>41</u>
Total do ativo não circulante	<u>10.932</u>	<u>6.400</u>	<u>45</u>
2011	(10)	(14)	-
2012	(20)	(15)	-
2013	(21)	(16)	-
2014	(23)	(17)	-
Após 2014	<u>(638)</u>	<u>(463)</u>	<u>-</u>
Total do Passivo não circulante	<u>(712)</u>	<u>(525)</u>	<u>-</u>

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	682	553	316
Outros impostos a recuperar	<u>251</u>	<u>5</u>	<u>-</u>
	<u>933</u>	<u>558</u>	<u>316</u>

11. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

	<u>Móveis Utensílios e Instalações</u>	<u>Equipamento Mobiliário</u>	<u>Prédios e Benfeitorias</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado bruto</u>						
Saldo em 01/01/2009	127	92	11	377	1.236	1.843
Adições	<u>2.311</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>79</u>	<u>1.326</u>	<u>3.717</u>
Saldo em 31/12/2009	2.438	93	11	456	2.562	5.560
Adições	<u>54</u>	<u>77</u>	<u>11</u>	<u>108</u>	<u>5</u>	<u>255</u>
Saldo em 31/12/2010	2.492	170	22	564	2.567	5.815
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 01/01/2009	(4)	(5)	(2)	(22)	(47)	(80)

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	Móveis Utensílios e Instalações	Equipamento Mobiliário	Prédios e Benfeitorias	Computadores e Periféricos	Veículos	Total
Depreciação	(40)	(11)	-	(88)	(437)	(576)
Saldo em 31/12/2009	(44)	(16)	(2)	(110)	(484)	(656)
Depreciação	(300)	(15)	-	(97)	(517)	(929)
Saldo em 31/12/2010	(344)	(31)	(2)	(207)	(1.001)	(1.585)
Imobilizado líquido						
Saldo em 01/01/2009	<u>123</u>	<u>87</u>	<u>9</u>	<u>355</u>	<u>1.189</u>	<u>1.763</u>
Saldo em 31/12/2009	<u>2.394</u>	<u>77</u>	<u>9</u>	<u>346</u>	<u>2.078</u>	<u>4.904</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>2.148</u>	<u>139</u>	<u>20</u>	<u>357</u>	<u>1.566</u>	<u>4.230</u>
Taxa de depreciação - (%)	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>4</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	<u>-</u>

12. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Licenças de software	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
<u>Custo do intangível bruto</u>					
Saldo em 01/01/2009	91.041	137	86.886	6.662	184.726
Adições	81.109	222	78.216	401	159.948
Transferências	<u>84.700</u>	-	<u>(84.700)</u>	-	-
Saldo em 31/12/2009	<u>256.850</u>	<u>359</u>	<u>80.402</u>	<u>7.063</u>	<u>344.674</u>
Adições	136.312	35	49.977	(6.676)	179.648
Transferências	<u>76.123</u>	-	<u>(76.123)</u>	-	-
Saldo em 31/12/2010	<u>469.285</u>	<u>394</u>	<u>54.256</u>	<u>387</u>	<u>524.322</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 01/01/2009	-	(16)	-	-	(16)
Amortização	<u>(3.639)</u>	<u>(43)</u>	-	-	<u>(3.682)</u>
Saldo em 31/12/2009	<u>(3.639)</u>	<u>(59)</u>	-	-	<u>(3.698)</u>
Amortização	<u>(8.697)</u>	<u>(82)</u>	-	-	<u>(8.779)</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>(12.336)</u>	<u>(141)</u>	-	-	<u>(12.477)</u>
Intangível líquido					
Saldo em 01/01/2009	<u>91.041</u>	<u>121</u>	<u>86.886</u>	<u>6.662</u>	<u>184.710</u>
Saldo em 31/12/2009	<u>253.211</u>	<u>300</u>	<u>80.402</u>	<u>7.063</u>	<u>340.976</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>456.949</u>	<u>253</u>	<u>54.256</u>	<u>387</u>	<u>511.845</u>

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras-de-arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizadas com base na curva de tráfego projetado.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

13. DIFERIDO

Estão representados por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Gastos pré-operacionais:			
Pessoal/administradores	6.576	6.576	6.576
Consumo	8.659	8.659	8.659
Custos contratuais da concessão	8.876	8.876	8.876
Depreciações e amortizações	103	103	103
Conservação da rodovia	9.473	9.473	9.473
Serviços de terceiros	1.837	1.837	1.837
Tributários	2.229	2.229	2.229
Resultados financeiros	(690)	(690)	(690)
Outros gastos	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>2</u>
Subtotal	37.065	37.065	37.065
Amortização acumulada	<u>(6.915)</u>	<u>(2.762)</u>	<u>-</u>
Total	<u>30.150</u>	<u>34.303</u>	<u>37.065</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos Contratos de Concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

<u>Passivo circulante</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a a 4,5% a.a	2.017	1.876	503
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	<u>203.508</u>	<u>300</u>	<u>-</u>
		<u>205.525</u>	<u>2.176</u>	<u>503</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a a 4,5% a.a	3.822	5.013	5.705
Financiamento de investimentos (BNDES) (c)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	<u>-</u>	<u>176.873</u>	<u>-</u>
		<u>3.822</u>	<u>181.886</u>	<u>5.705</u>

(a) Refere-se a contratos para a aquisição de sistemas de monitoramento de tráfego, sistemas de energia para as praças de pedágio, nova sede administrativa, aquisição de caminhões guincho, e aquisição de balanças fixas de pesagem. Como garantia desses empréstimos e financiamentos está a alienação fiduciária dos bens e do aval, por meio de nota promissória, em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.

(b) Refere-se a contrato de abertura de crédito firmado com o BNDES para a execução de serviços iniciais de recuperação, conservação, monitoramento contínuo, manutenção, melhoramentos, ampliação e operação das rodovias, além de aquisição de equipamentos e materiais e instalações destes e está garantido por aval dos acionistas e cartas de fiança bancária contratadas de instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES estão sujeitos a certas cláusulas restritivas que devem ser seguidas de modo a evitar antecipação do seu vencimento. Essas cláusulas são como segue:

Da Sociedade:

- Manter situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar previamente e formalmente ao BNDES.
- Não se constatar situação de inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou de sua Controladora.
- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES.
- Em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Do acionista:

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem em restrições à capacidade de crescimento, acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração, ações de sua propriedade e da Sociedade ou à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação do empréstimo.
- Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a 5 (cinco) vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento, e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

A Sociedade está concluindo junto ao BNDES a estruturação de financiamento de longo prazo com o objetivo de liquidar os empréstimos que vencem no curto prazo.

O valor justo dos empréstimos registrados nos passivos circulantes e não circulantes é próximo do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

15. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$ 14.165 (R\$ 14.590 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 27.152 em 1º de janeiro de 2009) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Estão representadas por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Encargos sociais e trabalhistas	1.035	656	344
Provisão para férias	1.142	905	367
Participação nos lucros e resultado	1.023	940	220
Outras obrigações sociais	<u>603</u>	<u>489</u>	<u>266</u>
	<u>3.803</u>	<u>2.990</u>	<u>1.197</u>

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
IRRF	270	209	287
PIS	100	65	5
COFINS	463	302	21
Tributos federais retidos	523	616	742
Tributos municipais retidos	<u>1.157</u>	<u>673</u>	<u>639</u>
Total	<u>2.513</u>	<u>1.865</u>	<u>1.694</u>

18. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro 1º de janeiro de 2009 estavam representados respectivamente por R\$ 5.987, R\$ 7.313 e R\$ 5.478.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão representadas pelas seguintes operações:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Passivo circulante:			
Transações com partes relacionadas:			
Mútuos - Obrascon Huarte Lain S.A. (a)	23.871	12.589	-
Fornecedores:			
Obrascon Huarte Lain S.A. (c)	1.506	1.429	1.474
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	1.314	824	3.410
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	3.077	2.248	6.355
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	330	236	-
Autopista Litoral Sul S.A.	-	47	-
Vianorte S.A.	-	-	<u>2</u>
	<u>6.227</u>	<u>4.784</u>	<u>11.241</u>

Passivo não circulante:

Mútuos - Obrascon Huarte Lain S.A. (a)	110.000	110.000	112.149
--	---------	---------	---------

Resultado

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Partes relacionadas:			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	-	-	2.528
Empresas ligadas - execução de obras:			
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	1.314	824	3.410
Latina Manutenção de Rodovias (b)	3.077	2.248	6.355
Latina Sinalização de Rodovias (b)	<u>330</u>	<u>236</u>	<u>-</u>
	<u>4.721</u>	<u>3.308</u>	<u>12.293</u>

- (a) Representa-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("OHL") (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e notas de débitos relacionados às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor		
				<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
04/09/2008	Dezembro de 2012	CDI + 1,037% a.a.	10.000	12.408	11.362	10.395
17/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	13.000	16.065	14.711	13.458
28/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	12.000	14.477	13.257	12.128
05/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	17.000	20.668	18.926	17.315
06/10/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	13.000	15.968	14.622	13.376
27/10/2008	Dezembro de 2012	CDI + 1,037% a.a.	13.000	15.856	14.520	13.283
05/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	16.000	19.259	17.636	16.134
19/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	<u>16.000</u>	<u>19.170</u>	<u>17.555</u>	<u>16.060</u>
Total			<u>110.000</u>	<u>133.871</u>	<u>122.589</u>	<u>112.149</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2011. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro; os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”).
- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em leilão da concessão e notas de débito de despesas advocatícias e outras similares.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade pagou os montantes de R\$ 650 e R\$ 646, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR registrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são de R\$ 1.023 e R\$ 940, respectivamente. As metas são como seguem:

(i) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência desse plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

(ii) Definição dos valores

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, o absenteísmo, as advertências e as suspensões.

20. PROVISÕES

20.1. Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante, no montante de R\$ 8.433 e R\$ 5.470 em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, respectivamente, referem-se a discussões judiciais cíveis, para as quais não há provisão para riscos registrada, em virtude de os respectivos riscos serem classificados como possíveis ou remotos.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

A movimentação do saldo das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é conforme segue:

	<u>31/12/2009</u>	Provisões <u>constituídas</u>	<u>31/12/2010</u>
Processos cíveis	42	42	84
Processos trabalhistas	196	57	253
Processos tributários	<u>212</u>	<u>3</u>	<u>215</u>
	<u>450</u>	<u>102</u>	<u>552</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em outros processos cíveis e trabalhistas em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para riscos. Tais processos totalizam R\$ 940 em 31 de dezembro de 2010 e (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2009).

20.2. Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

As contabilizações para manutenção e para investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente com base na melhor estimativa de gasto a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo que para a provisão para investimentos são considerados os valores até o final da concessão e para a manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nºs 3.4 e 5.

A movimentação do saldo das provisões para a manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	
	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldo em 01/01/2009	526	-	7.384
Adições	700	2.602	836
Utilizações	(470)	-	(1.223)
Transferências	<u>536</u>	<u>-</u>	<u>(536)</u>
Saldo em 31/12/2009	1.292	2.602	6.461
Adições	1.789	5.672	-
Utilizações	(947)	-	(1.810)
Transferências	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>2.134</u>	<u>8.274</u>	<u>4.651</u>

21. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Os saldos de R\$ 743, R\$ 713 e R\$ 660, nas datas de 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, referem-se às despesas com taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão (vide nota explicativa nº 2). O valor anual, dividido em 12 parcelas iguais e mensais, e sua correção será pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

22. ADIANTAMENTO DE SEGUROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade recebeu adiantamentos no montante de R\$ 10.326 relativos à indenização do Itaú Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais da rodovia.

Os procedimentos estabelecidos para os casos de danos patrimoniais, ou seja, aqueles que afetam diretamente a rodovia, como queda de taludes, danos à ponte ou ao viaduto, determinam a comunicação formal do evento à seguradora. Tal comunicação ensejará a elaboração de um projeto para recuperação do local atingido, elaboração de orçamento e cronograma físico-financeiro, documentos fundamentais para determinação do valor final a ser indenizado pela seguradora. Na hipótese de se concluir, ao fim da regulação do sinistro, que o montante indenizado não é devido ou é superior ao devido, a Sociedade tem o compromisso de efetuar a imediata devolução da importância indevida.

23. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Estão representados por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Desapropriações	-	-	3.065
Outras contas a pagar	<u>1.368</u>	<u>342</u>	<u>1.717</u>
	<u>1.368</u>	<u>342</u>	<u>4.782</u>

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**24.1. Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 213.001 (R\$ 68.001 em 31 de dezembro de 2009) e está representado por 213.001.003 ações (68.001.003 ações em 31 de dezembro de 2009) ordinárias, sem valor nominal, assim, distribuídas:

	<u>31/12/2010</u>		<u>31/12/2009</u>	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	213.001.000	99.9999	68.001.000	99.9999
Conselho da Administração	<u>3</u>	<u>0.0001</u>	<u>3</u>	<u>0.0001</u>
	<u>213.001.003</u>	<u>100,00</u>	<u>68.001.003</u>	<u>100,00</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a sociedade integralizou capital mediante deliberação do conselho da administração, conforme segue:

<u>Data</u>	<u>Capital integralizado em 2010</u>
10.03.2010	10.000
30.03.2010	10.000
05.05.2010	10.000
27.05.2010	15.000
21.06.2010	25.000
15.09.2010	30.000
29.10.2010	15.000
15.12.2010	<u>30.000</u>
	<u>145.000</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

O capital integralizado corresponde ao mesmo número de ações, ordinárias nominativas. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

24.2. Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado para a reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

24.3. Dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

25. RECEITA

Está representada por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita de serviços prestados	134.928	95.179
Receita de serviços de construção	180.198	149.546
Receitas acessórias	<u>76</u>	<u>116</u>
	<u>315.202</u>	<u>244.841</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado do exercício:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita bruta	315.202	244.841
ISSQN	(6.582)	(4.422)
PIS	(878)	(621)
COFINS	<u>(4.058)</u>	<u>(2.865)</u>
Receita líquida	<u>303.684</u>	<u>236.933</u>

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Custos</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Custo de construção	(180.198)	(149.546)
Com pessoal	(14.645)	(12.765)
Serviços de terceiros	(24.314)	(18.579)
Depreciação / amortização	(12.271)	(5.872)
Manutenção / conservação	(18.394)	(14.181)
Taxa fiscalização	(8.891)	(8.253)
Seguros / garantia	(2.159)	(2.212)
Transportes	(6.970)	(7.293)
Outros	<u>(10.302)</u>	<u>(7.577)</u>
Total	<u>(278.144)</u>	<u>(226.278)</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

<u>Despesas</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Com pessoal	(5.945)	(5.229)
Serviços de terceiros	(2.101)	(1.939)
Depreciação / amortização	(1.590)	(1.150)
Consumos	(1.838)	(1.109)
Transportes	(685)	(523)
Outros	<u>(397)</u>	<u>(764)</u>
Total	<u>(12.556)</u>	<u>(10.714)</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos		
Aplicações financeiras	875	1.096
Outras receitas	<u>-</u>	<u>61</u>
Total	<u>875</u>	<u>1.157</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(23.809)	(16.664)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	(652)	(467)
Outras despesas	<u>(2.390)</u>	<u>(1.770)</u>
Total	<u>(26.851)</u>	<u>(18.901)</u>

28. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.074)	(18.449)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<u>4.445</u>	<u>6.273</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeitos de adições e exclusões	<u>(100)</u>	<u>(443)</u>
Créditos compostos diferidos	<u>(4.345)</u>	<u>(5.830)</u>

29. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

b) Informações suplementares

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Caixa pago durante o exercício referente a:		
Aquisição de intangível registrado em obrigações nas contas de fornecedores, fornecedores partes relacionadas, cauções contratuais e outras contas a pagar	5.328	27.107
Capitalização de juros	7.435	9.016

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

30.2. Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos aos saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	12,5%	15,31%	18,38%
TJLP	6,0%	7,50%	9,0%
Juros a incorrer (*)	1.234	1.542	1.851

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

30.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$7.226, R\$3.738 em 31 de dezembro de 2009 e R\$86 em 01º de janeiro de 2009, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

30.4. Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. , que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

Tabela de risco de liquidez e juros

<u>Modalidade</u>	Taxa de Juros Média Ponderada % a.a	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Finame - Juros	8,15	353	351	1.840	1.333
Finame - Principal		<u>1.380</u>	<u>1.840</u>	<u>197</u>	<u>44</u>
		<u>1.733</u>	<u>2.191</u>	<u>2.037</u>	<u>1.377</u>
BNDES Ponte - Juros	9,33	13.542	10.996	-	-
BNDES Ponte - Principal		<u>202.756</u>	<u>202.756</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>216.298</u>	<u>213.752</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

30.5. Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 representam o valor justo ou custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza e característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente.

31. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus colaboradores benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

32. GARANTIAS E SEGUROS

A concessionária, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da taxa de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de Indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de receita	165.000
	Responsabilidade civil	25.100
	Riscos de engenharia	69.969
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	104.224

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

A sociedade renegociou junto ao BNDES, a prorrogação de vencimento do contrato de financiamento nº 09.2.0234.1 no valor de R\$ 203.508, que vencia em 15 de Janeiro de 2011 para 15 de Julho de 2011.

Em 21 de janeiro de 2011, a sociedade integralizou capital no montante de R\$ 15 milhões, correspondentes ao mesmo número de ações ordinárias nominativas, mediante deliberação do conselho da administração.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Autopista Fernão Dias S.A.
Pouso Alegre - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fernão Dias S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Informação Suplementar - Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Autopista Fernão Dias S.A., essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", somente pepção da manutenção do saldo do ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Campinas, 24 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Helio Wellichen
Contador
CRC nº 1 SP 130122/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses”.